

COLETIVO
RPU
BRASIL

Balanço do
Advocacy do
Coletivo RPU Brasil



3º ciclo (2017-2022)

Balanço do Advocacy do Coletivo RPU Brasil 3º ciclo (2017-2022)

*Um breve panorama sobre as
diversas atividades realizadas pelo
Coletivo RPU Brasil durante todo
o 3º ciclo da RPU no Brasil.*

*Para saber mais,
acesse o **QR Code**:*



Balço do Advocacy do Coletivo RPU Brasil - 3º ciclo (2017-2022)**Sumário**

<u>Introdução</u>	<u>2</u>
<u>Coletivo RPU Brasil:</u>	<u>4</u>
<u>Ações ao longo do 3º ciclo</u>	<u>4</u>
<u>Ações no início do 4º ciclo</u>	<u>7</u>
<u>Balço de impacto do Advocacy do Coletivo RPU Brasil</u>	<u>8</u>
<u>Relatório temático 1. Saúde e Vida Digna</u>	<u>8</u>
<u>Relatório temático 2. Igualdade e Não-Discriminação de Gênero</u>	<u>9</u>
<u>Relatório temático 3. Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e Espaços Democráticos</u>	<u>10</u>
<u>Relatório temático 4. Crianças e Adolescentes e Trabalho Digno</u>	<u>11</u>
<u>Relatório temático 5. Educação, Austeridade e Discriminação</u>	<u>12</u>
<u>Relatório temático 6. Redução da Pobreza e Combate às Desigualdades</u>	<u>13</u>
<u>Relatório temático 7. Povos Indígenas e Meio Ambiente</u>	<u>14</u>
<u>Relatório temático 8. Justiça Criminal: Sistema Prisional, Segurança Pública, Prevenção e Combate à Tortura</u>	<u>16</u>
<u>Relatório temático 9. Migração, Refúgio, Racismo e (Des)igualdades</u>	<u>17</u>
<u>Relatório temático 10. Obrigações e Compromissos com os Direitos Humanos</u>	<u>19</u>
<u>Relatório temático 11. Empresas e Direitos Humanos</u>	<u>20</u>
<u>Considerações finais: Expectativa para o 4º ciclo:</u>	<u>21</u>
<u>Tabela de Advocacy Explicativa</u>	<u>23</u>

Introdução

O Coletivo RPU Brasil¹ é uma coalizão composta por 31 entidades, redes e coletivos da sociedade civil brasileira. Desde sua criação, em 2017, tem realizado o monitoramento dos direitos humanos no país por meio do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas.

Esta coalizão surge organicamente no âmbito de formações sobre Advocacy em Mecanismos Internacionais de Direitos Humanos organizadas pelo IDDH, especificamente no Curso Avançado de Direitos Humanos (CADH). Organizado desde 2006, sobre diversos temas da atuação internacional para os direitos humanos, nas edições 11^a, 12^a e 13^a teve como temática a Revisão Periódica Universal (RPU). Estas edições foram realizadas para aproximadamente 25 organizações da sociedade civil com atuação e/ou interesse na atuação internacional, realizadas na Casa da ONU em Brasília, com o apoio da FES Brasil.

Este período era marcado pela avaliação do fechamento do 2º ciclo do Brasil no mecanismo e início do 3º, tendo o Brasil passado pela Revisão em maio de 2017 e em outubro de 2017 as organizações já se articulavam nos primeiros passos do estabelecimento do Coletivo RPU Brasil. Naquele momento, a tentativa foi sistematizar as recomendações recebidas em grupos temáticos, os quais permitissem o monitoramento da implementação das 242 recomendações.

O intuito deste Balanço é servir como um breve panorama sobre as diversas atividades realizadas pelo Coletivo RPU Brasil durante todo o 3º ciclo da RPU no Brasil, ou seja, entre os anos de 2017 e 2022, utilizando por base, um comparativo entre as informações e sugestões encontradas em seus relatórios e as recomendações recebidas para o 4º ciclo

Como veremos, foram diversas as ações de disseminação de informação sobre o mecanismo de monitoramento dos direitos humanos através da implementação das Recomendações RPU e de advocacy junto aos Estados e a outros mecanismos das Nações Unidas.

Neste sentido, foram organizadas, em parceria com as Embaixadas do Canadá e da Noruega no Brasil, duas edições de Rodas de Diálogos com Embaixadas (07 de dezembro de 2020, online e 24 de maio de 2022, na Embaixada do Canadá); feitas 18 participações em Audiências Públicas temáticas de RPU organizadas pelo Observatório Parlamentar da RPU; co-organizado com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) o Seminário: O Brasil na RPU (25 de maio de 2022); realizados 2 eventos paralelos às Sessões do Conselho

¹[Acesse aqui](#) a lista de entidades da sociedade civil que compõem o Coletivo RPU Brasil

de Direitos Humanos da ONU (2019 e 2022); 12 entidades participaram da Pré-Sessão organizada pelo UPR Info em Genebra; presença nas 4 edições das Reuniões de Monitoramento da Política Externa em Direitos Humanos organizadas pelo CNDH; além de inúmeras reuniões bilaterais realizadas por entidades-membras do Coletivo RPU Brasil com Embaixadas em Brasília e Missões Permanentes em Genebra.

Compreendemos que o *advocacy* da sociedade civil é diverso, amplo e plural e, por isso, a influência sobre o processo de elaboração de recomendações vai muito além das ações narradas neste documento. O que percebemos com alegria é que a atuação comprometida e intensa da sociedade civil brasileira, neste período de aprofundamento das violações aos direitos humanos, impactou de forma significativa na formulação das 306 recomendações recebidas pelo Estado Brasileiro no 4º ciclo. Testemunhamos e acompanhamos diversas incidências nacionais e internacionais, realizadas por inúmeras entidades da sociedade civil, partes e não-partes do Coletivo RPU Brasil, que atuaram de forma individual e/ou coletiva, e que certamente influenciaram para que a maioria das recomendações viessem alinhadas com a situação de retrocessos que vivemos atualmente no Brasil.

Agradecemos aos Estados que estavam alertas ao fechamento do espaço cívico no Brasil e, por isso, possibilitaram uma escuta atenta, durante esses 5 anos, ao abrirem seus canais de comunicação, seja através das Embaixadas, Missões Permanentes ou Ministérios.

Neste Relatório não temos a pretensão de contemplar todas essas incidências realizadas em espaços diversos e plurais, pois não teríamos o tempo nem os dados suficientes para uma sistematização justa e fidedigna. No entanto, entendemos importante registrar uma parte desta trajetória e esforços coletivos empreendidos nos últimos anos em torno desta coalizão potente chamada Coletivo RPU Brasil.



Fernanda Lapa

Diretoria Executiva IDDH

Coordenação Coletivo RPU Brasil (2017-2023)

Coletivo RPU Brasil:**Ações ao longo do 3º ciclo**

O Coletivo RPU Brasil² é uma coalizão composta por 31 entidades, redes e coletivos da sociedade civil brasileira. Desde sua criação, em 2017, tem realizado o monitoramento dos direitos humanos no país por meio do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas.

Em 2018, o grupo realizou seu primeiro Encontro Presencial em Brasília, com o lançamento da [Plataforma RPU Brasil](#)³. Também organizou a primeira Roda de Diálogos entre a sociedade civil e comunidade diplomática do ciclo, em parceria com a Embaixada do Canadá, anfitriã do encontro. O objetivo foi discutir sobre os desafios e expectativas das organizações para a implementação das recomendações do 3º ciclo da RPU do Brasil.

Em 2019, o Coletivo elaborou seu primeiro [Relatório de Meio Período](#), avaliando 163 recomendações, das 242 aceitas no 3º ciclo. Ao avaliá-las, o Coletivo RPU Brasil identificou que 142 estavam em descumprimento, 20 parcialmente cumpridas e apenas 1 cumprida. O lançamento internacional do Relatório aconteceu durante o evento paralelo “[Democracia e Direitos Humanos no Brasil: O que está acontecendo?](#)”, realizado em 19 de setembro de 2019, durante a 42ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Já o lançamento nacional, foi realizado na 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em 09 de outubro de 2019.

Além disso, o Coletivo também participou de Audiência Pública na então Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, sobre abertura da consulta pública do [Relatório de Meio Período do Estado Brasileiro](#). Além de representantes do Coletivo RPU Brasil, estavam presentes representantes do Ministério das Relações Exteriores e do então Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. As principais questões levantadas pela sociedade civil foram o descolamento entre a realidade do Brasil e versão do texto provisório apresentado pelo Estado; a questionável participação popular tanto no período de elaboração da primeira versão, quanto pela opção de abertura de um formulário online, por curto período para a revisão; e também as ações de intervenção do governo brasileiro na autonomia do CNDH.

²[Acesse aqui](#) a lista de entidades da sociedade civil que compõem o Coletivo RPU Brasil

³ A Plataforma RPU Brasil visa sistematizar o conteúdo das recomendações de forma prática, acessível e em português para que possa ser utilizada por todos/as os/as defensores/as de direitos humanos brasileiros/as e disseminar informações sobre o monitoramento das recomendações, aumentando a participação da sociedade civil brasileira no mecanismo da RPU.

Já em **2020**, em razão da Pandemia, o Encontro Presencial anual foi suspenso e substituído por periódicas reuniões online para delimitação de estratégias e próximos passos. Diante da situação da pandemia no país, o Coletivo RPU Brasil entendeu necessário atualizar o documento de meio período publicado antes, por entender que havia um processo diferente e ainda mais alarmante para os direitos humanos, que deveria ser registrado. Assim, foi elaborado o “[Relatório da sociedade civil: Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19](#)”, com o objetivo de identificar e denunciar aprofundamentos das violações de direitos humanos que já vinham sendo evidenciadas pelo grupo, além de registrar novas violações ocorridas neste momento de crises institucionais, de saúde, e econômicas, em razão, mas não somente, da pandemia de Covid-19. Este relatório identificou que, das 190 recomendações avaliadas neste relatório, 142 não estão sendo cumpridas, e, dentre estas, 64 recomendações registram graves retrocessos.

Já em 07 de dezembro, o Coletivo RPU Brasil realizou uma nova edição da Roda de Diálogos entre sociedade civil e comunidade diplomática. Esta edição, foi co-organizada pelas Embaixadas do Canadá e da Noruega no Brasil, de maneira remota, via Zoom. Estiveram presentes 16 entidades integrantes do Coletivo RPU Brasil e representantes das Embaixadas da Austrália, do Canadá (co-host), do Chile, da Dinamarca, dos Estados Unidos da América, da Noruega (co-host), da Nova Zelândia, dos Países Baixos e da Suécia.

Ao longo de **2021**, além de centrar esforços na elaboração de relatórios para o fim do período, representantes de entidades do Coletivo RPU Brasil participaram de 18 das 27 Audiências Públicas organizadas pelo [Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal](#).

No início de **2022**, o Coletivo RPU Brasil enviou seus 11 relatórios no formato de Submissão Conjunta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), enquanto relatórios paralelos de sociedade civil para subsidiar a Revisão do Brasil no mecanismo. Em maio, durante Encontro presencial, foi realizado o lançamento destes relatórios em Brasília, no Seminário: o Brasil na RPU, organizado pelo Coletivo RPU Brasil e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Os relatórios marcam a gravíssima situação do país: 47% de todas as recomendações, além de não terem sido postas em prática, estão em retrocesso; 34% estão em constante pendência; e somente 17% estão sendo implementadas parcialmente e apenas 1 (uma) recomendação foi considerada cumprida (o que corresponde a 0,34% do total). [Através deste link](#), é possível acessar todos os relatórios, disponibilizados em pdfs interativos, em Português e Inglês.

Ainda, durante as atividades em Brasília, em 24 de maio, o Coletivo organizou nova edição da Roda de Diálogos com as Embaixadas, co-organizada pela Embaixada do Canadá e da Noruega no Brasil. Estiveram presentes as seguintes Embaixadas: da Austrália, da Áustria, da Bélgica, do Canadá (co-host) da Dinamarca, da Espanha, do México, da Noruega (co-host), da Nova Zelândia, dos Países Baixos, de Portugal, do Reino Unido, da Suécia, da Suíça, do Uruguai, além da ONU Brasil, ACNUDH e a Delegação da União Europeia. O objetivo deste encontro foi apresentar a situação evidenciada pelos relatórios recém-lançados, bem como as sugestões da sociedade civil para as recomendações feitas pelos Estados na Revisão do Brasil na RPU ao final daquele ano.

Já em agosto, o Coletivo RPU Brasil se articulou para acompanhar presencialmente, em Genebra, a Pré-Sessão do Brasil. Foram selecionadas para a mesa de debates duas organizações do Coletivo RPU Brasil, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH). Estas organizações abordaram, respectivamente, as temáticas indígena e da perspectiva de gênero voltada à educação ([Statements durante a Pré-sessão disponível aqui](#)). Cabe destacar que, além das 2 organizações com representação na mesa, estavam nas pré-sessões para as atividades de *advocacy* por recomendações, outras 10 organizações integrantes do Coletivo RPU Brasil.

Ainda em Genebra, o Coletivo RPU Brasil também organizou o Seminário Internacional, Democracia e Direitos Humanos no Brasil: Cenários e Perspectivas, com o objetivo de informar e denunciar à comunidade internacional sobre a realidade Brasil e estimular sinergias para a defesa da democracia e dos direitos humanos no país. O evento foi dividido em blocos temáticos, nos quais foram abordados temas como a pandemia da Covid-19 e os direitos à saúde e à educação; racismo; povos indígenas, violência de gênero e grupos LGBTQIAP+, além do descumprimento de tratados internacionais e o processo eleitoral.

Além do Seminário, em Genebra o grupo estabeleceu um diálogo com diversos representantes de mecanismos e Relatorias de direitos humanos. A interlocução com parceiros estratégicos de mecanismos e órgãos das Nações Unidas têm marcado a atuação do Coletivo RPU Brasil, já tendo sido organizadas incidências nos processos de Revisão do Estado brasileiro no Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) - 2020; no Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Comitê DESC) - 2021; com a Relatoria Especial sobre Violência contra as mulheres, suas causas e consequências e com a Relatoria Especial para à Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação. Não obstante, representantes das organizações Gestos - Comunicação e Gênero, Campanha Nacional pelo Direito à Educação e IDDH levaram os relatórios do Coletivo RPU

Brasil ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (HLPF) 2022. A interlocução entre as agendas de direitos humanos da RPU e da Agenda 2030 é importante e estratégica para a atuação do grupo, que desde seus primeiros relatórios, busca relacionar cada recomendação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Ações no início do 4º ciclo

Em 14 e 18 de novembro de 2022, o Brasil passou pela Revisão Periódica Universal na 41ª Sessão do Grupo de Trabalho da RPU, ocasião em que recebeu 306 recomendações, feitas por 119 países. Nesta ocasião o Coletivo RPU Brasil organizou evento paralelo à Sessão: Balanco do último ciclo da Revisão Periódica Universal/RPU e perspectivas para o futuro. Nele o Coletivo RPU organizou-se para discutir sobre as recomendações recebidas para o Brasil neste início de 4º ciclo. O evento contou com a participação do Jornalista Jamil Chade, Rodnei Jericó (Geledés), Camila Gomes (Terra de Direitos) e o Relator Especial sobre Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, Clement Voule ([vídeo disponível aqui](#)), além de outras organizações do Coletivo presentes. Para conferir outras análises feitas pelo Coletivo RPU após a Revisão do Brasil no mecanismo, clique em: [vídeos disponíveis no Youtube](#).

Neste ano de **2023**, as atividades de incidências também continuaram para o aceite das recomendações voltadas ao avanço dos direitos humanos no país. Em janeiro, o Coletivo RPU Brasil elaborou uma [Carta de Posicionamento](#), entregue, durante uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a representantes dos Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania e da Mulher, discordando da tomada de nota de 17 recomendações feitas pelo governo anterior, que abordavam: Comunidade LGBTQIA+, Instituição Nacional de Direitos Humanos (Princípios de Paris), Direitos Sexuais e Reprodutivos e Povos Indígenas.

No mês de março de 2023, o Coletivo também esteve presente durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, durante o momento de aceite das recomendações pelo Brasil, manifestando-se por meio das seguintes organizações: Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Justiça Global e Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH. Nesta oportunidade o Brasil apresentou sua posição final sobre a Adoção das Recomendações, aceitando 304 recomendações e rejeitando 2 das 306 recomendações recebidas. As duas recomendações rejeitadas versavam sobre a proteção da família, num conceito de família retrógrado e não inclusivo e o Coletivo RPU Brasil havia publicado sugestão de rejeição das recomendações em sua Carta de Posicionamento mencionada acima.

Balanco de impacto do Advocacy do Coletivo RPU Brasil

Considerando esse histórico de atuação ao longo de todo o 3º ciclo, bem como o advocacy individualmente realizado pelas organizações que compõem o Coletivo RPU Brasil, abaixo apresentamos uma comparação entre sugestões de recomendações feitas pelo grupo com recomendações efetivamente recebidas para o 4º ciclo. Você pode também verificar esta relação das sugestões feitas e recomendações recebidas na **Tabela de Advocacy Explicativa**.

Relatório temático 1. Saúde e Vida Digna

Este relatório avaliou a implementação de 12 recomendações, considerando 11 não cumpridas e em retrocesso e apenas 1 parcialmente cumprida. As recomendações versaram sobre implementação de políticas de saúde; investimentos em saúde; abrangência do sistema para grupos vulneráveis; combate ao HIV/AIDS; saúde sexual e reprodutiva; mortalidade materna e infantil.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos a de número 2, com uma recomendação feita para o 4º ciclo no mesmo tema.

2. Sancionar lei que obrigue a educação em sexualidade na educação básica, pública ou privada, e respeitar e promover a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas, em especial das meninas e mulheres, em toda a sua diversidade, com base em evidências científicas e conforme o ordenamento nacional e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como as Plataformas de Ação de Beijing e do Cairo

Recomendação 4ª ciclo:

150.12 Assegurar o direito à educação e à saúde, garantindo um currículo adequado à idade sobre gênero e educação sexual nas escolas, visando prevenir infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, bem como violência e desigualdade de gênero (Dinamarca).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu 31 recomendações relacionadas à temática do Direito à Saúde e aos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Relatório temático 2. Igualdade e Não-Discriminação de Gênero

Este relatório avaliou a implementação de 25 recomendações, considerando 9 não cumpridas, 7 não cumpridas e em retrocesso e 9 parcialmente cumpridas. As recomendações versaram sobre crimes de ódio contra pessoas LGBTQIAP+; participação de mulheres na política; combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica; políticas por igualdade de gênero; atendimento a mulheres vítimas de abusos; mecanismos de julgamento de perpetradores de crimes sexuais; capacitação de profissionais de justiça sobre direitos das mulheres.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 4 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 2 e 4, junto de algumas recomendações feitas para o 4º ciclo nesta temática.

2. Instituir políticas públicas para facilitar o acesso das mulheres aos cargos de chefia e direção e nas tomadas de decisões

Recomendação 4º ciclo:

149.208 Tomar medidas adicionais para aumentar a participação das mulheres em todas as esferas da sociedade, incluindo sua participação na política (Espanha)

4. Inclusão das pautas LGBTQIA+ no Poder Legislativo e Judiciário, a fim de frear os crimes de ódio e discriminação.

Recomendação 4º ciclo:

149.285 Continuar a desenvolver legislações e políticas em nível federal, estadual e municipal para punir e prevenir crimes de ódio e discriminação contra a população LGBTI+ (Finlândia);

149.286 Aprovar legislação para combater crimes de ódio contra pessoas LGBTQI+ (Islândia);

150.1 Aprovar legislação para garantir a plena implementação da decisão do Supremo Tribunal Federal que criminaliza a homofobia e a transfobia (Islândia);

149.283 Desenvolver ferramentas para enfrentar a discriminação contra a comunidade LGBTQI+ (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu cerca de 30 recomendações relacionadas à temática de Igualdade e Não-discriminação.

Relatório temático 3. Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e Espaços Democráticos

Este relatório avaliou a implementação de 14 recomendações, considerando 12 não cumpridas e 2 não cumpridas e em retrocesso. As recomendações versaram sobre Lei Antiterrorismo; fortalecimento da sociedade civil e o Programa de Proteção de Defensoras/es de Direitos Humanos; e investigação das mortes de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 2, 4 e 5, com algumas recomendações feitas sobre o tema para o 4º ciclo.

2. Alterar a composição do Conselho Deliberativo do PPDDH, para garantir que tenha composição paritária entre as organizações da sociedade civil representativas das populações atendidas pelo PPDDH com direito a voz e voto e os órgãos públicos

Recomendações 4º ciclo:

149.45 Reforçar o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, em particular seu financiamento, bem como uma representação adequada da sociedade civil no mesmo (República Tcheca)

149.23 Reforçar a estrutura legal do Programa Nacional de Proteção para Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, institucionalizar este programa através de legislação e aumentar a participação da sociedade civil (Noruega).

4. Realizar a elaboração do Plano Nacional de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, com ampla participação das organizações da sociedade civil em todo o País, em todos os momentos do processo e com sua análise no Conselho Nacional dos Direitos Humanos antes de sua adoção

Recomendação 4º ciclo:

149.108 Garantir espaços formais dentro das instituições estatais para a participação da sociedade civil e facilitar as atividades de suas/seus representantes, particularmente em relação ao meio ambiente e direitos humanos (Suíça)

5. Ampliar a disponibilização de recursos orçamentários por parte do governo federal para que possa ser qualificada a atuação do PPDDH em todo o País bem como o desenvolvimento de amplo debate nacional com participação das organizações de DDH para a construção de metodologias e protocolos adequados às necessidades de proteção dos DDHs.

Recomendação 4º ciclo:

149.163 Assegurar que o programa nacional para a Proteção de Defensores dos Direitos Humanos seja implementado em todos os Estados e adequadamente financiado (Alemanha)

No 4º ciclo o Brasil recebeu 29 recomendações relacionadas à temática de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e espaços democráticos.

Relatório temático 4. Crianças e Adolescentes e Trabalho Digno

Este relatório avaliou a implementação de 20 recomendações, considerando 12 parcialmente cumpridas, 4 não cumpridas e 4 não cumpridas e em retrocesso. As recomendações versaram sobre proibição das formas de escravidão e trabalho escravo; luta contra o trabalho escravo no setor têxtil; combate ao trabalho escravo infantil; direitos das crianças; incluso o direito à educação e o direito à saúde; acolhimento temporário familiar; combate a assédios sexuais de crianças e adolescentes; eliminação da discriminação de crianças em situação de rua, e de casamentos forçados; desigualdades de renda com relação às pessoas afrobrasileiras; e tráfico de pessoas.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos a de número 2, com uma recomendação feita para o 4º ciclo.

2. Preservar o histórico positivo na luta contra o tráfico e escravidão moderna, através da plena implementação de atividades previstas no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, da ratificação do Protocolo de 2014 da OIT à Convenção sobre o Trabalho Forçado, da adesão ao protocolo adicional à Convenção nº 29 da OIT

Recomendação 4º ciclo:

149.144 Redobrar seus esforços contra a escravidão doméstica (Gabão)

No 4º ciclo, o Brasil recebeu cerca de 20 recomendações relacionadas à temática de crianças e adolescentes e trabalho digno.

Relatório temático 5. Educação, Austeridade e Discriminação

Este relatório avaliou a implementação de 15 recomendações, considerando as 15 não cumpridas. As recomendações versaram sobre redução das taxas de homicídio entre homens afrodescentes, sobretudo através de medidas e programas educacionais; educação inclusiva e redução da desigualdade escolar; e a implementação do Plano Nacional de Educação.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 4 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 2 e 4 e algumas recomendações relacionadas feitas para o 4º ciclo.

2. Realizar diagnóstico preciso do descumprimento do Plano Nacional de Educação e retomar o foco da política de Estado educacional para o avanço em suas metas

Recomendação 4º ciclo:

149.49 Adotar políticas educacionais a fim de implementar o Plano Nacional de Educação e seus objetivos (Israel)

4. Regular o Sistema Nacional de Educação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e o Custo Aluno-Qualidade, de forma a implementar mecanismos de combate às desigualdades educacionais, regionais e sociais, ao racismo, sexismo, e outras discriminações.

Recomendações 4º ciclo:

149.190 Continuar fortalecendo a política educacional regulando o sistema nacional de educação, a fim de implementar mecanismos que combatam as desigualdades sociais, o racismo e outras discriminações, e garantir que as crianças completem o ensino médio obrigatório (Suazilândia);

149.30 Reforçar a estrutura legal e implementar medidas educacionais e judiciais para erradicar o racismo e a discriminação (Malásia);

149.184 Promover políticas que promovam o acesso à educação para comunidades marginalizadas, como povos indígenas e pessoas vivendo em favelas, e compatibilizar as normas internas para garantir a conclusão do ensino obrigatório, de acordo com o ODS 4 (Paraguai)

No 4º ciclo, o Brasil recebeu 26 recomendações relacionadas à temática de Educação, austeridade e discriminação.

Relatório temático 6. Redução da Pobreza e Combate às Desigualdades

Este relatório avaliou a implementação de 15 recomendações, considerando 10 não cumpridas e em retrocesso e 5 não cumpridas. As recomendações versaram sobre o fortalecimento jurídico e institucional para a promoção dos direitos humanos e redução da pobreza e promoção da igualdade social; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; elevação do padrão socioeconômico sustentável de vida da população; Programa Bolsa Família; políticas públicas para moradias as famílias de baixa renda; habitação adequada; medidas de enfrentamento à pobreza e a desigualdade econômica; e Plano Nacional de Saneamento Básico.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos a de número 3, com uma recomendação relacionada:

3. Construir políticas públicas para as pessoas em situação de rua, incluídas as crianças e adolescentes, com abrigo, acolhimento, acesso à saúde e educação e renda mínima;

Recomendações 4º ciclo:

149.77. Implementar as recomendações anteriores com vistas a reduzir o nível de violência e discriminação contra pessoas pertencentes a povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas em situações de vulnerabilidade, incluindo crianças, mulheres e pessoas com deficiência (Romênia).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu cerca de 24 recomendações relacionadas à temática da redução da pobreza e combate às desigualdades.

Relatório temático 7. Povos Indígenas e Meio Ambiente

Este relatório avaliou a implementação de 26 recomendações, considerando 16 não cumpridas e em retrocesso e 11 não cumpridas. As recomendações versaram sobre medidas de prevenção e punição ao racismo, discriminação e violência contra os povos indígenas e conscientização sobre igualdade étnica e racial; promoção da saúde indígena; promoção da educação intercultural; direitos territoriais dos povos indígenas, particularmente de processos de demarcação de terras, da garantia de recursos financeiros para a Funai e da melhor articulação desta com o Ibama; direitos indígenas em atividades econômicas; e direito ao consentimento livre, prévio e informado e assegurando um processo efetivo de consulta aos povos indígenas em todas as tomadas de decisões que possam afetá-los.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 1, 2 e 3, com diversas recomendações relacionadas à temática.

1. Promover os direitos territoriais dos povos indígenas, conferindo celeridade aos processos administrativos de reconhecimento territorial, concluindo etapas do processo administrativo de demarcação das terras indígenas no Executivo em observância ao texto constitucional, ao Decreto 1775/96 e aos compromissos internacionais de reconhecimento aos direitos territoriais dos povos indígenas, constantes em Tratados assinados pelo Brasil

Recomendações 4º ciclo:

149.271 Adotar medidas para garantir aos povos indígenas o direito de propriedade e posse sobre terras e territórios, incluindo a implementação de um programa de demarcação e regularização (México);

150.17 Concluir os processos pendentes de demarcação de terras, rejeitar a tese do “marco temporal” e garantir que os Povos Indígenas sejam protegidos de ameaças, ataques e despejos forçados (Noruega);

149.273 Promover os direitos constitucionais dos povos indígenas, retomando sem demora o processo de demarcação de suas terras alocando recursos financeiros e humanos suficientes para protegê-los, bem como fortalecendo de forma sustentável instituições-chave como a FUNAI (Suíça);

149.272 Redobrar os esforços no âmbito do processo de demarcação de terras indígenas (Peru);

149.258 Acelerar a implementação da demarcação de terras em conformidade com a Constituição de 1988 e proteger as terras demarcadas contra invasões e degradação, especialmente o desmatamento (França).

2. Avançar no reconhecimento e implementação dos protocolos autônomos de consulta prévia dos povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, bem como assegurar processos efetivos de consulta prévia em todas as tomadas de decisões que possam afetar os modos de vida e os direitos destes povos, garantindo sua participação integral em todas as medidas legislativas e administrativas que os afetem

Recomendações 4º ciclo:

149.257 Proteger os povos indígenas contra ameaças e ataques e garantir seu direito à terra, em particular retomando e completando os processos de demarcação de terras, fornecendo recursos adequados para a Fundação Nacional do Índio, reconhecendo plenamente as Consultas Autônomas e Protocolos de Consentimento, e fortalecendo Ordens de Proteção da Terra (Alemanha);

149.275 Fortalecer o processo de demarcação das terras de povos indígenas e comunidades quilombolas e garantir a plena participação de povos indígenas nas medidas legislativas e administrativas que os afetam (Canadá);

149.260 Respeitar o direito dos povos indígenas ao consentimento prévio, livre e informado, estabelecendo procedimentos formais e inclusivos (Noruega);

149.261 Garantir que os povos indígenas sejam consultados sobre as decisões que os afetam e que seu direito ao consentimento prévio, livre e informado seja respeitado (Irlanda);

149.269 Garantir o direito ao consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas sobre políticas públicas, projetos e legislação que possam afetá-los (Eslovênia).

3. Criar programas e medidas que previnam e punam o racismo, a discriminação e a violência contra povos indígenas e promovam a igualdade étnica e racial, a autonomia e o direito dos povos à diferença

Recomendações 4º ciclo:

149.83 Promover políticas institucionais que contrariem os discursos que incitam à violência por razões discriminatórias, com especial ênfase nas mulheres, em pessoas LGBTI, povos indígenas e afrodescendentes (Chile);

149.61 Reforçar políticas abrangentes para enfrentar o racismo e a discriminação agravada contra pessoas afrodescendentes e povos indígenas (Gana).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu cerca de 67 recomendações relacionadas à temática dos povos indígenas e meio ambiente.

Relatório temático 8. Justiça Criminal: Sistema Prisional, Segurança Pública, Prevenção e Combate à Tortura

Este relatório avaliou a implementação de 44 recomendações, considerando 41 não cumpridas e em retrocesso e 3 parcialmente cumpridas. As recomendações versaram sobre educação em direitos humanos para policiais; investigações e violência policial; e combate à tortura; condições de encarceramento das mulheres gestantes, lactantes ou mães com filhos de até 12 anos.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 2, 4 e 5, com recomendações relacionadas à temática.

2. Realizar medidas de combate e prevenção à tortura institucional, por meio da realização obrigatoriamente presencial das audiências de custódia em menos de 24 horas da realização da prisão, do fortalecimento dos órgãos de combate e prevenção de tortura das instituições de privação de liberdade, da implementação, em todas as unidades federativas, de comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura e do compromisso formal do Estado brasileiro com as diretrizes estabelecidas pelo Protocolo de Istambul na averiguação dos casos de tortura e maus-tratos

Recomendações 4º ciclo:

149.90 Fortalecer o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, alocando recursos financeiros, humanos e técnicos adequados para o cumprimento de seu mandato (Peru)

4. Produzir e publicizar dados desagregados sobre a atividade policial, incluindo abordagens, uso da força legal e não letal em investigações, operações e outras ações de repressão, incluindo informações georeferenciadas e cor/raça, gênero e orientação sexual dos envolvidos

Recomendações 4º ciclo:

149.60 Erradicar, em todos os níveis da administração, a violência e a discriminação contra pessoas afrodescendentes, incluindo o perfilamento racial e a criminalização de pessoas que vivem na pobreza (Costa Rica);

149.72 Aumentar o trabalho para erradicar o racismo sistêmico contra pessoas afrodescendentes no sistema de justiça criminal, inclusive através de um plano para refrear assassinatos perpetrados por policiais e assegurar que as/os promotoras/es investiguem assassinatos e casos de suspeita de abuso policial (Nova Zelândia).

5. Reduzir o emprego de armamento letal e menos letal nos espaços de privação de liberdade e implementar um fluxo transparente de controle para os equipamentos remanescentes

Recomendações 4º ciclo:

149.43 Adotar uma política de segurança pública com uma abordagem baseada nos direitos humanos que estabeleça metas concretas, recursos e protocolos operacionais para reduzir a violência armada, incluindo um controle rigoroso do uso de armas de fogo de alto calibre e armas automáticas durante operações policiais em áreas densamente povoadas, em linha com os padrões internacionais sobre o uso da força (Panamá)

No 4º ciclo, o Brasil recebeu cerca de 25 recomendações relacionadas à temática de Justiça Criminal: Sistema Prisional, Segurança Pública, Prevenção e Combate à Tortura.

Relatório temático 9. Migração, Refúgio, Racismo e (Des)igualdades

Este relatório avaliou a implementação de 35 recomendações, considerando 22 não cumpridas e em retrocesso, 7 parcialmente cumpridas e 6 não cumpridas. As recomendações versaram sobre igualdade étnica e racial; medidas necessárias para lidar com crimes contra pessoas LGBTQIAP+; medidas de prevenção e punição por crimes de racismo, discriminação e violência contra os povos indígenas e pessoas de ascendência africana, e da violência contra mulheres e meninas; direitos das crianças afrodescendentes; direitos de pessoas com deficiência; Lei de Migração e pessoas refugiadas, inclusos trabalhadoras/es migrantes e suas famílias.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 3 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 1, 2 e 3, com diversas recomendações feitas para o 4º ciclo relacionadas.

1. Ratificar as Convenções e Tratados Internacionais que versam sobre a proteção de trabalhadores, migrantes e refugiados bem como assegurar a proteção integral dessas populações no Brasil bem como a plena implementação da nova Lei de Migração

Recomendação 4º ciclo:

149.2 Ratificar a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Cabo Verde); Avançar na ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Chile); Concluir o processo de ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Congo); Ratificar a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Egito); Continuar o processo de ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Indonésia); Continuar o processo de ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Senegal); Considerar a ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (Sri Lanka)

2. Tomar medidas concretas para melhorar a situação notificação e sistematização de casos de violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIA+, em especial com as pessoas transexuais, e adotar programas que visam reduzir a violência e discriminação contra essa população

Recomendações 4º ciclo:

149.68 Continuar trabalhando para adotar as reformas pertinentes para se obter uma estrutura jurídica e de políticas públicas que permita um enfrentamento mais eficaz contra o racismo, a discriminação e a violência estrutural contra pessoas afrodescendentes, com uma perspectiva interseccional que inclua pessoas LGBTQI+ e medidas para prevenir crimes motivados por preconceito contra a população trans e travesti, bem como os travesticídios e transfeminicídios (Argentina);

149.26 Apresentar e tomar medidas para aprovar legislação que garanta a criminalização da homofobia e da transfobia (Israel);

150.1 Aprovar legislação para garantir a plena implementação da decisão do Supremo Tribunal Federal que criminaliza a homofobia e a transfobia (Islândia);

150.2 Adotar medidas para aprovar legislação que garanta a plena implementação da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a criminalização da homofobia e transfobia, prevendo medidas protetivas e investimentos em equipamentos públicos de atendimento e proteção integral (Malta);

149.281 Adotar protocolos de ação para garantir que agentes de segurança tratem adequadamente e de forma abrangente dos casos de violência contra pessoas LGBTI (México);

149.285 Continuar a desenvolver legislações e políticas em nível federal, estadual e municipal para punir e prevenir crimes de ódio e discriminação contra a população LGBTI+ (Finlândia).

3. Adotar medidas destinadas a prevenir a violência e a discriminação racial contra a população negra, incluindo também o racismo religioso, além de promover medidas que visam a proteção dessa população - incluindo medidas de redução da violência policial.

Recomendações 4º ciclo:

149.125 Adotar medidas adicionais para melhorar a proteção de mulheres e meninas em toda sua diversidade, pessoas indígenas, pessoas LGBTQI+, jornalistas, pessoas defensoras de direitos humanos, incluindo pessoas defensoras do meio ambiente, afro-brasileiras/os, sindicalistas, minorias religiosas e pessoas com deficiência contra a violência e represálias pelo exercício de seus direitos à liberdade de expressão, reunião pacífica, associação e religião ou crença (Estados Unidos da América);

149.284 Incluir mulheres e meninas e a comunidade LGBTQI+ no planejamento da Conferência sobre Liberdade de Religião ou Crença de 2023 (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu cerca de 38 recomendações relacionadas à temática de Migração, Refúgio, Racismo e (Des)igualdades.

Relatório temático 10. Obrigações e Compromissos com os Direitos Humanos

Este relatório avaliou a implementação de 32 recomendações, considerando 18 não cumpridas, 11 parcialmente cumpridas, 2 não cumpridas e em retrocesso e 1 cumprida. As recomendações versaram sobre ratificação do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC); ratificação do Protocolo

Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança; adaptação da legislação nacional ao Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA); ratificação da Convenção nº 189; Convenção sobre a Não Aplicação de Limitações Estatutárias a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade; Instituição Nacional de Direitos Humanos; alinhamento da legislação nacional com as obrigações do Estatuto de Roma; treinamentos em direitos humanos; entre outros.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 5 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos a de número 2 e recomendações feitas no 4º ciclo relacionadas.

2. Encaminhar os documentos necessários à ratificação das Emendas de Kampala para a Casa Civil e ratificar o instrumento bem como dar ciência à sociedade sobre o conteúdo e os compromissos que o Estado Brasileiro assume ao ratificar as Emendas de Kampala

Recomendações 4º ciclo:

149.7 Dar seguimento à recomendação 136.18 do ciclo anterior, que foi aceita pelo Brasil, e ratificar as emendas de Kampala ao Estatuto de Roma (Liechtenstein);

149.8 Ratificar as Emendas de Kampala ao Estatuto de Roma e assinar o Protocolo Opcional ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Chipre).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu 34 recomendações relacionadas à temática de Obrigações e Compromissos com os Direitos Humanos.

Relatório temático 11. Empresas e Direitos Humanos

Este relatório avaliou a implementação de 4 recomendações, considerando as 4 não cumpridas. As recomendações versaram especialmente sobre desenvolvimento de um plano nacional de ação (PNA) sobre empresas e direitos humanos.

Ao final do relatório, o Coletivo RPU sugere 4 recomendações ao Brasil na RPU. Abaixo, destacamos as de número 2 e 3, junto de recomendações para o 4º ciclo relacionadas.

2. Debater e aprovar uma lei marco sobre direitos humanos e empresas, estabelecendo diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema que envolva a participação da sociedade e das populações atingidas

Recomendações 4º ciclo:

149.204 Acelerar o processo de desenvolvimento de um Plano de Ação Nacional de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Japão);

149.203 Acelerar a conclusão do Plano de Ação Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos (BHR), em consulta com as partes interessadas relevantes, e promover a cooperação com elas no processo de implementação (Tailândia).

3. Avançar na discussão e implementação de ações capazes de evitar que novas violações de direitos humanos aconteçam, bem como avançar na responsabilização das empresas violadoras de direitos humanos, garantindo o pleno acesso à justiça e a justa reparação das vítimas de violações cometidas pelas grandes empresas

Recomendação 4º ciclo:

149.205 Continuar adotando medidas para proteger os direitos humanos no campo das atividades empresariais (Equador).

No 4º ciclo, o Brasil recebeu 4 recomendações relacionadas à temática de Empresas Direitos Humanos.

Considerações finais: Expectativa para o 4º ciclo:

As organizações e movimentos sociais que integram o Coletivo RPU Brasil identificam que o trabalho do Coletivo RPU Brasil na elaboração de relatórios de monitoramento e sugestões de recomendações, bem como o diálogo com os Estados foi muito frutífero, tendo resultado recomendações, em sua grande maioria, coerentes com a realidade de retrocessos em direitos humanos vivenciadas no país.

O Brasil possuía a tradição de ser um país que se orienta e se alinha com posicionamentos e agendas progressistas em matéria de direitos humanos. Após um período de grande retrocesso na aplicação interna dos direitos humanos e também na política externa, entendemos que agora o Estado passa por um momento de reposicionamento. Este posicionamento envolve empreender todos os esforços para cumprir com os compromissos assumidos em matéria de direitos humanos em nível nacional e internacional.

Ainda em relação ao Estado Brasileiro, o Coletivo RPU ressalta a urgência não somente da construção de um Sistema Nacional de Acompanhamento e Monitoramento das Recomendações em matéria de direitos humanos emanadas pelos sistemas internacionais, no

âmbito da ONU e OEA, como também que no seu processo de construção seja garantida a participação da sociedade civil.

Destacamos que a criação deste sistema possibilitará ao Estado uma melhor coordenação interna para a preparação de relatórios aos mecanismos internacionais, assim como o acompanhamento da implementação das recomendações emanadas por estes. Ademais, será fundamental que a sociedade civil atuante na política externa em direitos humanos no Brasil seja ouvida e consultada para a criação de um mecanismo transparente e participativo. Esta é uma demanda antiga da sociedade civil e agora, em novo cenário, precisamos efetivamente avançar. Não obstante, já foi tema de Resoluções apoiadas pelo Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU (Ex: Resolução [A/HRC/RES/42/30](#), adotada em 27 de setembro de 2019, Resolução [A/HRC/RES/51/33](#), adotada em 07 de outubro de 2022).

Já no âmbito do advocacy junto aos outros Estados, o Coletivo RPU Brasil espera continuar um diálogo próximo e frutífero junto às Embaixadas em Brasília e Missões em Genebra, mantendo-os informados sobre a situação de direitos humanos no país e sobre a implementação das recomendações feitas.

Por fim, para este 4º ciclo, o Coletivo RPU Brasil espera continuar desenvolvendo suas atividades de atuação e monitoramento em todas as fases da RPU no Brasil, contando com organizações comprometidas e engajadas para a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Tabela de Advocacy Explicativa**Quadro temático - Balanço impacto Advocacy do Coletivo RPU Brasil nas
Recomendações**

Sintetizamos, no quadro abaixo, as recomendações em que identificamos atuação e/ou influência da sociedade civil brasileira:

Relatório Temático	Sugestões Coletivo RPU Brasi	Impacto Advocacy	Recomendações recebidas 4º ciclo
1. Saúde e Vida Digna	5	<u>Canadá</u> (149.174) <u>Colombia</u> (149.216) <u>Dinamarca</u> (149.300) <u>México</u> (149.172) <u>Suíça</u> (149.301)	<u>Total</u> : 31 recomendações relacionadas à temática do direito à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos.
2. Igualdade e Não-Discriminação de Gênero	4	Argentina (149.68) Áustria (149.211) Australia (149.124) Chile (149.83) Colombia (149.39) Costa Rica (149.101) Espanha (149.208) Estados Unidos (149.125) Finlândia (149.285) França (149.67) Islândia (149.282, 149.286 e 149.290) México (149.281) Noruega (149.280) Nova Zelândia	<u>Total</u> : cerca de 30 recomendações relacionadas à temática de igualdade e não-discriminação.

		(149.279) Reino Unido (149.283 e 149.284)	
3. Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e Espaços Democráticos	5	Alemanha (149.163) Bélgica (149.6) Canadá (149.122) Eslováquia (149.121) Holanda (149.109) México (149.42) Noruega (149.23) República Tcheca (149.45) Suíça (149.108)	<u>Total</u> : 29 recomendações relacionadas à temática de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e espaços democráticos.
4. Crianças e Adolescentes e Trabalho Digno	5	<u>África do Sul</u> (149.141) Costa Rica (149.60) Gabão (149.144) <u>Portugal</u> (149.185)	<u>Total</u> : cerca de 20 recomendações relacionadas à temática de crianças e adolescentes e trabalho digno.
5. Educação, Austeridade e Discriminação	4	<u>Israel</u> (149.49) <u>Malásia</u> (149.30 e 149.191) <u>Paraguai</u> (19.184) <u>Portugal</u> (149.185) <u>Uganda</u> (149.186) <u>Suazilândia</u> (149.190)	<u>Total</u> : 26 recomendações relacionadas à temática de educação, austeridade e discriminação.
6. Redução da Pobreza e Combate às Desigualdades	5	<u>Costa Rica</u> (149.60)	<u>Total</u> : cerca de 24 recomendações relacionadas à temática da redução da pobreza e combate às desigualdades.

<p>7. Povos Indígenas e Meio Ambiente</p>	<p>5</p>	<p>África do Sul (149.200) Alemanha (149.257) Australia (149.124 e 149.274) Áustria (149.264) Canadá (149.275) Chile (149. 83 e 149.123) Chipre (149.196) Croácia (149.195) Dinamarca (149.37) Equador (149.62) Eslovênia (149.119 e 149.269) Espanha (149.277) Estados Unidos (149.69) Estônia (149.265) Finlândia (149.35) França (149.258) Gana (149.61) Irlanda (149.259, 149.261 e 149.268) Luxemburgo (149.270) Malta (149.266) México (149.271) Noruega (149.260 e 150.17) Paraguai (149.267) Peru (149.272) Polônia (149.276) Reino Unido</p>	<p><u>Total:</u> recebeu cerca de 67 recomendações relacionadas à temática dos povos indígenas e meio ambiente.</p>
--------------------------------------------------	----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		(149.34) Suíça (149.273)	
8. Justiça Criminal: Sistema Prisional, Segurança Pública, Prevenção e Combate à Tortura	5	<u>Mongolia (149.91)</u> <u>Panamá (149.43)</u> <u>Peru (149.90)</u>	<u>Total</u> : cerca de 25 recomendações relacionadas à temática de Justiça Criminal: Sistema Prisional, Segurança Pública, Prevenção e Combate à Tortura.
9. Migração, Refúgio, Racismo e (Des)igualdades	3	<u>Argentina (149.68)</u> <u>Australia (149.124)</u> <u>Cabo Verde (149.288)</u> <u>Chile (149.83)</u> <u>Costa Rica (149.101)</u> <u>Estados Unidos (149.69 e 149.125)</u> <u>Equador (149.62)</u> <u>Finlândia (149.285)</u> <u>Islândia (149.282, 149.286 e 149.290)</u> <u>México (149.281)</u> <u>Noruega (149.280)</u> <u>Nova Zelândia (149.72 e 149.279)</u> <u>Reino Unido (149.283)</u> <u>Vários países (149.2)</u>	<u>Total</u> : cerca de 38 recomendações relacionadas à temática de migração, refúgio, racismo e (des)igualdades.
10. Obrigações e Compromissos	5	<u>Chipre (149.8)</u> <u>Holanda (149.38)</u>	<u>Total</u> : 34 recomendações relacionadas à temática

com os Direitos Humanos		<u>Liechtenstein</u> (149.7)	de obrigações e Compromissos com os Direitos Humanos.
11. Empresas e Direitos Humanos	5	<u>Equador (149.205)</u> <u>Polônia (149.202)</u>	<u>Total:</u> 4 recomendações relacionadas à temática de Empresas Direitos Humanos.



Acesse a plataforma RPU [aqui](#)